

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

HISTORIOGRAFIA NACIONAL E ESTRANGEIRA

Portugal

História dos Descobrimentos
(1939-1941)

No trienio 1939-41 poucas foram as obras relativas a este capítulo da Historia que se publicassem individualmente. Para isso contribuiu a realização do Congresso do Mundo Português com que, em parte, o Estado entendeu comemorar o ano histórico de 1940, e aonde acorreram os escritores que mais se ocupavam dessa especialidade ; contribuiu também a muito louvável decisão da Agência Geral das Colónias de celebrar os «Centenários») publicando uma série de estudos relativos a êsse assunto; e ainda o facto de se encontrar, então, a editar-se a monumental obra «História da Expansão Portuguesa no Mundo».

Como sucede em todos os ramos de investigação científica, alguns problemas, mais que outros, chamaram a atenção dos especialistas. Eis os que se nos afiguram ter suscitado preferências nos últimos anos : o problema do sigilo nos Descobrimentos ; o do plano das índias; o do valor da Crónica da Guiné e, como consequência, o direito do Infante D. Henrique ao exclusivismo de iniciativa na acção descobridora. Todos estes problemas se fundem e defluem uns dos outros : o do sigilo exige um plano político e neste se envolve o da busca das índias ; êste apoia-se naquele, e um e outro na veracidade e integridade da Crónica fundamental, a da Guiné; de ser esta, documento insuspeito ou não, resultam direitos mais ou menos acentuados do Infante a um exclusivismo de acção.

Daí extremem-se campos, um conservador, outro inovador : um que crê no Infante D. Henrique, único impulsionador dos Descobrimentos, com um plano, idealista e cruzado, tendo ao seu serviço um cronista veraz; outro, que divide o panegírico daquele príncipe com o Infante D. Pedro; que vê na acção dos Descobri-

mentos um plano sobremodo económico; e em Azurara um lisongeiro mal informado, senão ignorante.

As deficiências da Crónica da Guiné, texto de Paris, continuam a ser objecto de estudo. As correntes de opinião determinaram-se em três sentidos : um, que quer ver nessas deficiências largos cortes impostos pela política de sigilo (J. Cortesão); outro que as explica por um arranjo tardio, segundo a própria expressão do A., de duas obras de Zurara (Costa Pimpão); outro ainda que, não-obstante admitir essa sobreposição de textos, em grande parte atribui as deficiências notadas a ignorância do Cronista (Duarte Leite).

A teoria do sigilo, cujos alicerces podemos considerar como lançados em 1926 por J. Cortesão, vem alcançando, mercê da tenacidade e erudição do seu fundador, novos foros e um novo campo de sustentação, como velha cidade que, ruindo embora nos velhos e movediços alicerces, não perde direitos e títulos com o assentar de novas fundações, antes os mantém e consolida. A teoria do sigilo que, ao princípio, assentava nos defeitos e incoerências de um texto, o da Crónica de Zurara, ms. de Paris, tem hoje o seu maior apoio em outras fontes, novas bases e, até, em documentos que o seu A. vem descobrindo. Êste facto bastaria para, evocando uma lógica pragmática, reconhecer um real mérito e potencial na explicação histórica de que o sr. J. Cortesão foi o seu teorizador, no dizer do Prof. Damião Peres.

Jaime Cortesão procura na sua *Teoria geral dos Descobrimentos* (4) resumir as conclusões de estudos elaborados anteriormente a 1940 e já publicados ou em via de publicação. Da história da expansão geográfica dos povos infere o A. leis que aplica, em seguida, à interpretação dos Descobrimentos portugueses. Por isso e porque algumas das opiniões expostas têm um carácter de hipóteses, denomina ao seu estudo Teoria. O «devenir» histórico das sociedades é determinado pela coexistência de uma constante económica e de uma variável espiritual. A política é a resultante dessas duas forças. Esta, a concepção geral da História. Ora, no decorrer do século xv a ameaça crescente de uma

(9 Vol. ni, tomo i das publicações do «Congresso do Mundo Português». Também se publicou em «*Seara* Nova*», n.º 67g, de 17 de Agosto de 1940.

invasão otomana, «realidade contundente e dramática» faz que o Extremo-Occidente ganhe a consciencia da missão que as condições geográficas lhe apontavam e a constante económica aceita : destruir o Islão nas fontes do seu poderio e expropriá-lo no monopólio do tráfico oriental (2). Na aliança daquela finalidade, católica, ecuménica, com esta outra económica, nacional, está a genialidade do plano do Infante.

As condições geográficas apontavam a sua realização, pois é regra induzida da História que «o movimento de expansão marítima é determinado principalmente pelas relações de proximidade geográfica mais ou menos acentuadas pelas estradas marítimas». Mas «os grupos sociais baseados no comércio marítimo que iniciaram um novo sistema de expansão tendem, para evitar a concorrência, a transformá-lo em monopólio». Defendem-no tanto mais quanto menor é a probabilidade de o manter, menor o volume social, e maior o número e o poder dos concorrentes e ainda a novidade dos instrumentos produtores. A defesa realiza-se ou por meio de afastamento de estrangeiros do seu grupo social, ou por sigilo da sua política, ou por espionagem entre concorrentes, ou fechando os mares com o terror das lendas, o segredo geográfico, os tratados e as sanções. Êstes meios defensivos de um monopólio foram utilizados, no todo ou em parte, por Carthago, Noruega, Holanda, a Hansa e o Egipto mameluco.

De acordo com esta teoria geral é que a expansão portuguesa se desenvolve.

A política de segredo começa com a tomada de Ceuta. Daí uma actividade marítima no século xv não registada nas crónicas coevas mas que no século seguinte é em parte revelada no *Esmeraldo de Situ Orbis*. Em 1462, Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera tentam alcançar as Sete Cidades ou seja a Groenlândia e, com o noroestar da agulha, atingem as proximidades da Terra Nova. Mas o descobrimento não é divulgado, pois a navegação dos mares da Groenlândia constituía monopólio da Noruega. Na época de D. João 11, descobre-se a costa entre o golfo da Guiné e a Etiópia arenosa já atingida e reconhecida pelos marinheiros do Infante como parece deprender-se de uma legenda do mapa de Fra Mauro e de um subentendido de Duarte Pacheco.

(2) Notável tese do sr. Joaquim Bensaúde que o A. perfilha.

Ao mesmo tempo que os portugueses verificam que a costa de África se prolonga muito mais para o sul do que se imaginava, Colombo oferece-se aos réis Católicos para descobrir as índias pelo Ocidente. D. João n suspende os descobrimentos africanos e manda prosseguir com os da Costa americana, ocupando os seus pontos estratégicos. Donde resulta o descobrimento pré-colombiano da saliência NE e o do Brasil que começa a ser povoado antes que o fosse oficialmente.

Éste ensaio funda-se, como reconhece o A., em algumas hipóteses e foi êsse um dos motivos porque o denominou *teoria*. Envolve um estudo de factos e de causas e conseqüências que estiveram na mente dos homens de então, — e nesse caso o A. faz História—, e de causas e conseqüências que não o estiveram, antes parecem provir de um determinismo físico e social, portanto de origem involuntária, — e nesse caso o A. faz Filosofia da História.

Cingindo-nos apenas ao aspecto histórico, cumpre verificar que a «teoria do sigilo» ganhou privilégios desde 1926. E uma grande hipótese que, todavia, ainda requiere outros e mais firmes documentos em sua defesa.

A teoria do sr. dr. Jaime Cortesão foi impugnada na interpretação das bases documentais pelo Prof. Duarte Leite, em dois livros : «*Coisas de Vária História*» (3), onde reimprime artigos já publicados em periódicos, e «*Acêrca da Crónica dos feitos de Guiñee*» (4). Pena é que, na primeira das obras, o A. não aproveitasse a circunstância de uma reimpressão para, em notas, atribuir aos respectivos AA. muitas das conclusões enunciadas. Isso já tanto não sucede com a segunda das obras, onde se versa o acima citado problema do valor da Crónica de Azurara e da autoridade do Cronista. Diz o seu A., em nota preambular, que julga «ter provado que o códice (de Paris) é posterior ao primeiro trimestre de 1474, e que o manuscrito da crónica foi feito entre êste e o terceiro de 1485 ; que esta obra, começada em vida do infante D. Henrique, foi acabada depois de sua morte em 1460, e não em 1453, como está no seu têrmo de encerramento; que a carta do cronista

(3) Seara Nova, 1941.

(4) Livraria Bertrand, Lisboa, 1941.

a D. Afonso v, inserta à entrada do códice, foi escrita depois de 1460, e não em 1453 como consta do seu fecho; e por fim que o escrito em louvor do infante D. Henrique, mencionado nessa carta, é distinto da crónica, conquanto nesta estejam transcritos trechos ou capítulos seus». A alguma das conclusões, todavia, já tinha chegado o Prof. Costa Pimpão, como seja a de se achar interpolado um *Livro dos feitos do Infante na Crónica dos feitos de Guiné*. O livro do sr. dr. Duarte Leite é, sem dúvida, trabalho de erudição muito aproveitável para o estudo do debatido valor da Crónica da Guiné ; uma contribuição importante é, por exemplo, revelar que muitos dos passos no referido livro de Azurara, nomeadamente os capítulos 61 e 62 são traduzidos literalmente da *General Estória* que Afonso o Sábio mandou compor (5). Mas é livro onde, por vezes, se afirma mais do que era para desejar. Sirva de exemplo o juízo enunciado a págs. 201 : «Era (o Infante) de cultura medíocre, muito inferior à dos seus irmãos D. Duarte e D. Pedro, que nos deixaram obras denunciativas de copiosas leituras».

No espaço destes três anos a que se refere a nota bibliográfica, publicou sobre a matéria o sr. dr. Costa Pimpão dois trabalhos : *A «Crónica dos feitos de Guínee» de Gomes Eanes de Zurara e o manuscrito Cortead*Estréesi*(6) onde se demonstra, por confrontos com Yalentin Fernandes, João de Barros e Las Casas, que o texto parisino atribuído a Azurara não é o primitivo; e *A «Crónica dos feitos de Guínee»—As minhas ateses» e as ateses» de Duarte Leite* (7), onde, discernindo o que é seu trabalho do alheio, reivindica o que, de facto, lhe pertence : ser quem reconhece no códice de Paris um texto que resulta da sobreposição de duas obras, *Livro dos feitos do Infante* e *Crónica dos feitos de Guiné*; ser quem primeiro dá a feitura desse texto como posterior ao ano da morte de Azurara.

(5) O valor desta contribuição já foi reconhecido. V. prefácio de Álvaro Júlio da Gosta Pimpão à *«Crónica dos Feitos de Guiné»*, trechos escolhidos, colecção de «Clássicos Portugueses» da Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1942.

(6) «Casa do Livro», Lisboa, 1939.

(7) Depositário: Livraria Gonçalves, Coimbra, 1941.

O sr. Visconde de Lagoa, cujo nome anda ligado com responsabilidade à biografia de Fernão de Magalhães, apresentou no Congresso do Mundo Português uma tese intitulada «*Estímulo económico da conquista de Ceuta*», tese que se apoia no texto de um documento existente no Arquivo de Estado de Veneza, e pelo qual se fica sabendo que a Senhoria, no ano de 1410, promulgou autorização para que El-Rei de Portugal pudesse adquirir o que lhe aprouvesse no domínio daquela república. O facto de, a partir de então, os emissários de Portugal entrarem em contacto com as Bolsas de Veneza teria suscitado a «ambição de fazer-lhe concorrência». Impunha-se estabelecer um grande centro português de permuta na costa africana. Daí, a conquista de Ceuta. Na posse desta praça a realidade não correspondeu à expectativa dos proventos. Por isso, o Infante conjuga todos os seus esforços e influência para estender à Guiné o tráfico marítimo dos portugueses. O plano que os leva ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia é uma ampliação do plano inicial de Ceuta.

Não é a primeira vez que se procura para determinante dos Descobrimentos portugueses no século xv uma causa única. Esquece-se que um movimento de qualquer ordem implica causas não só eficientes, como materiais, formais e finais; que as causas são, por sua vez, causadas, e assim há que distinguir as causas próximas das remotas e todas elas das suas condições.

O Prof. Damião Peres, a este propósito coloca o problema no seu verdadeiro pé de solução (?): «Difícil, se não impossível, é determinar a exacta medida em que cada um dos factores apontados— político, económico, militar, religioso, científico — exerceu a sua acção estimulante. Conforme o momento, o sucesso, a classe social, assim êles se tornam perceptíveis em grau diferente».

A história da arte náutica portuguesa, que muito deve a Luciano Pereira da Silva, Joaquim Bensaúde e António Barbosa pelos seus trabalhos de eurística e de interpretação, encontrou no saudável comandante Fontoura da Costa o seu sistematizador. Até à data do seu falecimento, recebeu ela constantes e valiosos subsídios seus. No ano de 1939 quis a Agência Geral das Colónias publicar,

(?) «*Génese da Expansão Portuguesa*», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. 1, págs. 121-127.

numa segunda edição correcta e levemente aumentada, o melhor tratado à cerca da historia dos conhecimentos náuticos portugueses : a *A Marinharia dos Descobrimentos* » (10). Em nota a esta edição da extraordinária obra, dá o A. a conhecer o móbil do seu trabalho: demonstrar que todos os processos da Arte de Navegar dos Portugueses foram criados em Portugal e adoptados depois pelas outras marinhas europeias. Desta obra fez o A. uma síntese que apresentou como i.^a parte de uma comunicação feita ao Congresso do Mundo Português : *Ciência Náutica Portuguesa. Cartografia e Cartógrafos*. Na 2.^a parte apresenta o A. uma útil resenha da História da Cartografia à luz dos estudos últimamente publicados. Em cc *Descobrimentos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina* f¹¹), o incansável trabalhador actualiza este tema com os conhecimentos adquiridos até o ano de 1940. Ocupa-se aí o A., pela primeira vez, de uma carta náutica portuguesa, de 1471, mais ou menos, existente na Biblioteca Estense, de Módena, documento em verdade digno de estudo por se tratar da única carta portuguesa do século xv até hoje conhecida. Mereceu ela um estudo especial por parte do mesmo autor em *Uma carta náutica portuguesa, anónima, de circa 1471* » (12), livro ou atlas que a reproduz nas suas cores. Abrange no seu desenho a costa ocidental do continente europeu e africano desde a latitude da França à do golfo da Guiné. Naquela sua outra obra, a que vai numerada de 11, apresenta o A. mais uma vez¹³) a hipótese de Wíeder à cerca da famosa legenda da carta de Andrea Bianco : *ixola otenticha e longa a ponente ISooj mia*¹⁴), pela qual se identifica esta não com a extrema oriental da costa brasileira mas com a ilha de S. Tiago que teria sido descoberta por Vicente Dias de Lagos, ano de 1445.

A legenda do mapa de Bianco teve outra lição, além da acima citada que é a de Errera: a de Yule Oldham que via nela não

(10) Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939.

(H) «Cong. do Mundo Port.», vol. m. t. 1.

(12) Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

p³) Anteriormente in «Sôbre uma nova versão do descobrimento da ilha de Santiago de Cabo Verde» — separata das «Memórias» da Academia das Ciências, Lisboa, 1938.

(¹⁴) Preferimos a lição *otenticha* a *otinticha*, como muitos querem.

a indicação de 500 milhas mas a de 1500, a qual foi defendida e apoiada entre nós, há cérea de cinquenta anos, por Jaime Batalha Reis e, posteriormente, pelo saídoso Professor Oliveira Ramos. Os estudos dispersos de Jaime Batalha Reis, cuja actividade científica em Londres lembra a do Visconde de Santarém em Paris, foram agora retinidos e publicados em volume, mercê da muito louvável iniciativa da Agência Geral das Colónias, com o título genérico de «*Estudos Geográficos e Históricos*». Entre êsses estudos encontra-se, como é óbvio notar-se, o que, publicado em 1897 no «Comércio do Porto», divulgou entre nós a tão célebre como discutida viagem de David Melgueiro.

Também os descobrimentos das ilhas do médio Atlântico são objecto de interêsse para muitos investigadores. Avulta, entre todos os trabalhos relativos a esta matéria, o do sr. Elias Serra y Ràfols, catedrático em La Laguna e que é reputado um dos maiores investigadores das Ilhas Afortunadas : é o seu estudo intitulado «*Portugal en las Islas Canarias. La contribución portuguesa a la cristianización de las Islas*» (15). Reconhece o

A. essa contribuição como valiosa e os inegáveis direitos do Infante à posse da ilha de que Maciote era senhor, pela cessão que êste de ela fizera, mas cumpre assinalar que muitas das afirmações aí exaradas são mais que contestáveis : são inexactas. Cite-se como exemplo esta informação: descurámos a emprêsa das Canárias no século xiv por causa de «*aquella viciosa politica de constante y inoportuna intervención en las querellas intestinas de Castilla*». Por nos merecer muito reparo esta comunicação que o A., desenvolvendo, e reincidente, volta a publicar em Espanha, dela nos ocuparemos na secção de crítica do próximo tomo.

O doutor Eric Axelson, o celebrado autor de «*The South-East Africa*», limitou-se a apresentar ao Congresso do Mundo Português um pequeno trabalho (16) com algumas considerações sobre a expedição Barreto-Homem cuja má orientação atribui à pusila-

(15) «Cong. do Mundo Port.», vol. ui, t. 1.

(16) The Barreto-Homem expédition: a note. «Gong, do M. Port.»,

nimidade de Francisco Barreto e ao rei D. João n que lhe ordenara prestasse ouvidos a Mondaros. Louvores se devem, pelo contrário, a Vasco Fernandes Homem pois é quem, pela primeira vez, manda examinar cientificamente as minas de Manica, quem conclui a paz com os respectivos chefes indígenas, e quem, por fim, manda investigar as minas de prata de Chicova.

Ao mesmo historiador da Africa do Sul se deve a localização e o achado, em False Island, do padrão de S. Gregorio, no ano de 1538. Dessa importante descoberta deu oportunamente notícia Alves de Azevedo em a revista «O Mundo Português» (17). Devemos recordar, a êste propósito, que já em 1535 Fontoura da Gosta, embora teoricamente, o localizara nesse mesmo ponto, sem que, todavia, disso Axelson estivesse informado.

Mais se deve ao mesmo investigador sul-africano o ter verificado a importância de dois documentos da Torre do Tombo: duas cartas dirigidas a D. Manuel, uma de Gaspar Veloso, outra de João Vaz de Almada, ambas de valor por se referirem ao itinerário e viagem de António Fernandes, o descobridor das terras do Monomotapa. Servindo-se do traslado e das fotocópias do Dr. Axelson, o sr. Hugo Tracey escreveu o estudo «Antonio Fernandes, Southern-Rhodesia First Pioneer, 1514 A. D. 15/5.» cujos direitos de publicação em português o Governô Geral da Colônia de Moçambique adquiriu. Traduzido pelo sr. Caetano Montez, encarregado do Arquivo Histórico de Moçambique, editou-o o mesmo arquivo com o título «Antônio Fernandes descobridor do Monomotapa». O sr. Hugo Tracey é-nos apresentado pelo Dr. Axelson em «South-East Africa» como pessoa que viveu por muitos anos na Rodésia do Sul e que tem um íntimo conhecimento da topografia da região. Dos primitivos mapas da Zambézia fez um estudo especial. O texto de Gaspar Veloso é, segundo o sr. Tracey, «O documento fundamental da história da Rodésia do Sul e ma narrativa do primeiro branco que explorou o interior da Africa meridional».

Aproveitamos o ensejo para esclarecer um justificado reparo do tradutor à-cêrca do seguinte traslado do Dr. Axelson: *ma qll feira di q he tamanha como a das ver temdesy*>. Diz o sr. Mon-

(ⁿ) Um padrão ignorado de Bartolomeu Dias, separata da Revista «O Mundo Português».

tez: «Julgamos haver leitura defeituosa do manuscrito. O sentido que Axelson atribue à frase *na das ver temdes*» é: *as que aí vêdes* (ou *tendes visto*). Afigura-se-nos, porém, que a frase deve indicar uma determinada feira, decerto bem conhecida no Portugal da época. Das fotocópias juntas ao original de Hugh Tracey e que reproduzimos não nos foi possível apurar êste ponto» (18).

Tem o tradutor razão. Na fotogravura do texto (pág. 21) lê-se : *«he tamanha como a das vertudes»* (19).

Um outro historiador, o sr. Sidney R. Welch, que já era conhecido entre nós pela sua obra, que se pode considerar de divulgação, *«Europeas discovery of South Africa»* (ig36), traduzida e editada pelo Govêrno Geral da Colónia de Moçambique (1937), apresentou ao Congresso do Mundo Português algumas páginas da sua autoria sobre o *«Descobrimento da África do Sul pelos portugueses»*. Pode-se considerar esta comunicação como uma síntese do seu pensamento já expresso naquela primeira obra. Mantém a mesma admiração pelos feitos dos portugueses aos quais tributa os mesmos louvores. As suas palavras são, sempre, de glorificação para o esforço de Portugal. Os seus reis, diz o A., «tinham consciência tão nítida da sua missão europeia que se abstinham de aspirar a dilatar o seu domínio num sentido que fosse traição à Europa». Maior obra-prima de ciência foi o descobrimento do caminho marítimo para a Índia do que o descobrimento da América por Colombo. Nesta sua síntese notamos alguns erros, como quando faz preceder o descobrimento da Madeira à conquista de Ceuta, e dá para ano da morte do Infante o de 1461. Algumas informações são conjecturas muitas vezes improváveis, como quando afirma que «o acontecimento histórico que mais ânimo dava ao Infante era a memória dos irmãos Vivaldi».

(18) O doutor Axelson, porém, modificou a lição, posteriormente, para: *na das ver todos*. (S. E. Africa, p. 278).

(19) Realizava-se em Santarém, e era, então, uma das mais importantes. V. referências nas Chancelarias Reais, nomeadamente em: Liv. 18 de D. Manuel, f. 120 e Liv. 25, f. 50 v. ; Liv. 12 da Estremadura, f. 108 v., e Liv. 13 d.º, f. 109 v.; Liv. 7 de D. João VI, f. 144, Liv. 8 d.º, f. 61 v. e 62; Liv. 37 d.º, f. 32 v.; Liv. 51 d.º, f. 121 e 136 v. ; Liv. 30 de D. Sebastião e D. Henrique, f. 81 v.

O sr. Samuel Eliot Morrison apresentou ao Congresso do Mundo Português um estudo à cerca de «*A data da viagem de João Fernandes e de Pedro de Barcelos ao Labrador*». O A. procura determinar quando e como chegou a Groenlândia a tomar a sua designação transitória de *Labrador*, e conclui que a viagem de João Fernandes se realizou em 1500 e não em 1492, como quis Ernesto do Canto. De passo, notamos que as transcrições das legendas do mapa chamado de Cantino não estão correctas : o A. lê, por exemplo, *vitanda* em lugar de *vironla* (viram-na).

O sr. André L'Hoist, na sua comunicação ao mesmo Congresso «*L'origine du nom Brésil*», pretende filiar a designação que veio a tomar a Terra de Vera Cruz na da ilha encantada do Brasil, nome que, segundo o A., significa no antigo céltico «*ilha dos eleitoss*». A tradição de que, muitas vezes, do litoral da Irlanda era vista surgir das ondas, explica-a o A. por um fenómeno de refração e reflexão de um banco submarino outrora situado a um nível favorável de profundidade. E uma explicação interessante que talvez possa justificar as antigas e variadas visões fantásticas de outras ilhas a oeste dos Açores, Madeira e Canárias. Uma observação: o A. não tem razão quando pretende que *bi\agudo* na conhecida frase de mestre João (e não de Caminha, como quere o A.) é qualificativo de *mapamundo* e não alcunha de Pero Vaz.

E a propósito do descobrimento do Brasil, cumpre deixar consignado o nosso regosijo por vermos enfim retinidos «*Os sete únicos documentos de 1501, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Alvares Cabrah, numa edição facsimilada de que se encarregou a Agência Geral das Colónias.*

De outras comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português poderíamos falar se a índole desta nota — síntese dos trabalhos que mais subsidiam a História dos Descobrimentos — o consentisse. Todavia, não queremos deixar sem reparo a que o sr. dr. Jordão de Freitas subscreveu e que se intitula «*Madeira, Porto Santo e Deserta. Ilhas que o Infante D. Henrique «novamente achou e povoom.* E o reparo é este : o A. insiste em interpretar o vocábulo «novamente» com o valor semântico da actualidade — «mais uma vez», apoiando-se, para tanto, em uma nota de D. Carolina Michaëlis. E tempo de rçunciar-se a essa

sinonimia quando se trata de textos do século xv. Não faz sentido que D. Afonso v, por sua carta de io de Novembro de 1467 doe a seu irmão as ilhas que «*anais uma vegy achar*; como não faz sentido a equivalência em muitos e muitos documentos do mesmo teor. Num capítulo de carta, D. João 1 faz certas concessões *naos nonos*» povoadores da ilha da Madeira, e D. João 11 interpreta êsse passo dizendo: «o quoyal fes merce somente... aos *Primeiros pouoadores*» (20). Passem em julgado as comunicações dos congressistas italianos, nomeadamente as do sr. Almirante Guido Po, onde perentoriamente se afirma terem os italianos prioridade no descobrimento do caminho marítimo para a índia (21) e estarem os genoveses, no princípio e no decurso da época dos descobrimentos à testa da marinharia e da náutica de Portugal (22).

Título que muito honra o esforço da Academia Portuguesa da História é o ter conseguido enfim que se imprimisse na integra o texto da famosa colectânea de Valentim Fernandes existente em Munique. Foi publicado em 1940 com o nome genérico de *O Manuscrito nValentim Fernandes*. A leitura do texto, realizada sobre fotografias que o sr. Joaquim Bensaúde ofereceu à mesma Academia, deve-se ao sr. dr. António Baião, nome que é uma garantia de zelo em trabalhos desta ordem (23).

JOÃO FRANCO MACHADO

(20) A grafia é a dos fins do séc. xvii por se tratar de um treslado de essa época.

(21) «Gong, do Mundo Port.», vol. ni, t. 1, pág. 582.

(22) *Idem*, ib., pág. 588.

(23) A pág. 101 há um erro tipográfico que, por ser de difficil correcção, entendemos por bem acusar e emendar. Ao fundo da pág. 100, lê-se : «... *onde esteue per alguus tempos ani*». No começo da pág. seguinte, e como continuação, encontra-se: «*doçura q em muy breue tempo foy conheçia de seu senhor có tâta benignidade e (linha 1) mado os moradores delia a seruiço e obediçda sua virtude (linha 2)*. É erro proveniente da «*intertype*» que só permitia fazer-se uma linha de texto com duas das da máquina. A primeira metade da segunda linha da pág. 100 deve conjugar-se com a segunda metade da primeira, para se obter a linha 1 ; a primeira metade da primeira linha com a segunda metade da segunda linha, para se obter a linha 2. E assim ler-se-á: «*onde esteue per alguus tempos ani- / p. 100, linha 1 : / mado os moradores delia a seruiço e obediçda de seu senhor có tâta benignidade e / linha 2 : / doçura q em muy breue tempo foy conheçda sua virtude*».